IX CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Neofascismo e organização no Brasil contemporâneo: uma análise do controle da subjetividade fundamentada na Economia Política do Poder

HUGO FANTON RIBEIRO DA SILVA[1]

[1]*Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – hfanton@gmail.com*

Resumo

Este trabalho mobiliza o conceito de neofascismo para analisar as relações entre os conflitos político-ideológicos da crise pós-2016 no Brasil e dinâmicas de acumulação de capital e mudanças na estrutura de classes. A questão colocada é como compreender a economia política do neofascismo e, mais especificamente, como se relacionam, no neofascismo, controle de subjetividade e política. A partir da hipótese de que a economia política do neofascismo no Brasil se fundamenta em dois eixos centrais da atuação do capital: superar o acirramento do conflito distributivo no país na década de 2010 com um novo ciclo de acumulação baseado na superexploração do trabalho e no aprofundamento da expropriação financeira por meio de mecanismos de endividamento e assetização; argumenta-se que a forma política neofascista é componente fundamental deste processo, pela relação que estabelece entre controle e sequestro da subjetividade.

Palavras-chave: Neofascismo; Poder; Capitalismo; Classe sociais; Subjetividade.

Neofascismo e organização no Brasil contemporâneo
Uma análise do controle da subjetividade fundamentada na Economia Política do Poder

1. Contextualização

Este trabalho aproxima o conceito político de neofascismo dos estudos organizacionais, a partir da análise das relações entre o controle da subjetividade (Faria e Walger, 2025) e as dinâmicas do capitalismo contemporâneo no Brasil. Propõe-se uma perspectiva marxista do conceito de neofascismo (Boito Jr., 2023; Singer, 2022; Guérin, 2021; Togliatti, 2019), para se referir à ascensão de Bolsonaro como a formação de um movimento de massas reacionário, que combina elementos de anticomunismo, crítica autoritária à democracia, defesa de valores tradicionais ligados à família patriarcal e formas explicitamente violentas de suprimir a dissidência e garantir o avanço da acumulação de capital. “O governo Bolsonaro e o movimento bolsonarista exibem essas características e podem, portanto, ser considerados um tipo de fascismo” (Boito Jr., 2023).

O "viés fascista" se caracteriza por uma estratégia comunicacional que introduz elementos fascistas no autocratismo, estimulando a desconexão com a realidade (Singer, 2022). São exemplos os mecanismos articulados pelo cristianismo conservador, por movimentos delirantes como o terraplanismo, e milícias armadas que realizam desejos de poder forte e sentimentos de ódio à fraqueza, atraindo para seu campo personalidades autoritárias (Torre, 2020, p. 106). Apesar da fraqueza das propostas concretas de Trump e Bolsonaro no plano econômico e social, há satisfação psicológica que lhe dá sentido e conforma uma base propriamente dita. É o que Adorno chama de práxis sem conceito, em que se responde ideologicamente à miséria que o próprio capitalismo engendra. A aceitação do discurso fascista vem do "medo das consequências dos desenvolvimentos gerais da sociedade" (Adorno, 2020: 48) e de um "desejo inconsciente de desgraça, de catástrofe" (Adorno, 2020: 52).

Este elemento era fundamental na abordagem da teoria crítica de Adorno e Horkheimer em relação ao fascismo histórico como tendência geral do capitalismo. A forma política da nova extrema direita canaliza uma pulsão de destrutividade, uma "raiva secular contra o próprio Estado e contra tudo o que ele havia representado, celebrando sua destruição e a nossa" (Safatle, 2020), sendo o fascismo ao mesmo tempo "uma rebelião" contra qualquer mecanismo de integração social e uma reiteração da lógica social prevalente do capitalismo como modo de produção (Pavan, 2025).

Na medida em que o "sociometabolismo do capital" compreende a "estrutura orgânica de funcionamento da sociedade capitalista para além da perspectiva meramente econômica" (Faria e Walger, 2025: 6), os mecanismos de controle podem ser concebidos como expressão material das relações de poder (Faria, 2017; Faria, 2004), o que inclui as relações mediadas (política e socialmente, por exemplo) entre capital e trabalho. "O laço social especificamente capitalista pauta-se em um discurso ideológico artificial e ilusório que necessita de investimento em mecanismos de controle pela classe dominante", dentre os quais os meios de comunicação e os partidos políticos. "Toda estrutura social, política, jurídica e cultural corresponde às esferas de produção e circulação de mercadorias e de circulação de capital" (Faria e Walger, 2025: 6).

Aqui, o enfoque recai sobre a articulação entre o conceito de neofascismo, a forma de propaganda tipicamente fascista, e a economia política do neofascismo contemporâneo, como forma de contribuir para a discussão da relação entre "mal-estar no laço social especificamente capitalista e o controle social em sua forma mais desenvolvida, sofisticada e sutil, que é a do sequestro da subjetividade dos(as) trabalhadores(as)" (Faria e Walger, 2025: 7).

2. Objetivos e metodologia

O objetivo deste trabalho é analisar as relações entre os conflitos político-ideológicos da crise pós-2016 no Brasil com sua dimensão organizacional, no que se refere especificamente às dinâmicas de acumulação de capital e mudanças na estrutura de classes. A questão aqui colocada é como compreender a economia política do neofascismo e, mais especificamente, como se relacionam, no neofascismo, controle de subjetividade, política e o "mal-estar no laço social capitalista" (Faria e Walger, 2025).

Um aspecto central do fenômeno é o processo de brutalização da acumulação capitalista, com a violência explícita como método de imposição da exploração. Isso inclui dinâmicas variadas, como a financeirização que abrange a reprodução social (Lavinas, 2017), bem como a profunda crise na relação entre sociedade e natureza (Demirović, 2022; Brand e Wissen, 2021). Neste trabalho, defende-se a hipótese de que a economia política do neofascismo no Brasil se fundamentou em dois eixos centrais da atuação do capital: superar o acirramento do

conflito distributivo no país na década de 2010 com um novo ciclo de acumulação baseado na superexploração do trabalho (Serrano e Summa, 2018; Silva e Oliveira, 2023); e aprofundar a expropriação financeira por meio de mecanismos de endividamento e assetização (Lavinas, 2017; Langley, 2020). Essas duas características combinadas constituem a base econômica do neofascismo no Brasil, e a forma política de que se valem operam pelos "investimentos no controle e sequestro da subjetividade (Faria e Walger, 2025).

O texto inter-relaciona os conceitos de neofascismo e da brutalização da sociedade capitalista ao discutir os "modos objetivos de pensamento ou formas políticas que desempenham um papel constitutivo na formação da sociedade burguesa" (Demirović, 2022) e a economia política brasileira nos últimos 10 anos. As hipóteses são discutidas por meio de descrições das práticas das forças sociais e políticas e dos espaços nos quais elas articulam e mobilizam interesses, e como se relacionam com as disputas políticas do contexto histórico em que estão inseridas. Seguindo a Análise Política Materialista Histórica, considera "as relações políticas, socioeconômicas, socioculturais e subjetivas complexas e contingentes nas quais pessoas e coletivos se reproduzem material e simbolicamente, bem como a forma como a divisão social do trabalho é organizada" (Brand, 2013: 431). Daí surge a busca por articular uma produção teórico-empírica que desenvolva os conceitos de Estado (Poulantzas, 1980), do contexto social e "do complexo processo de criação de correspondências entre os dois" (Brand, 2013: 431), colocando ênfase analítica nos "processos estruturados pelo poder e pelas relações hierárquicas que operam dentro deles" (Buckel *et al,* 2017: 16).

3. Resultados

A ciência política brasileira reproduz tendências do debate internacional na definição da nova extrema direita representada, no cenário interno, pelo movimento político liderado por Jair Bolsonaro. O fenômeno, no Brasil e no mundo, é conceituado de diferentes formas, tais como extrema direita populista, libertarianismo autoritário (Benquet e Bourgeron, 2022), populismo autoritário (Morelock e Sulivan, 2021), neoconservadorismo (Lacerda, 2019) e autoritarismo furtivo (Przeworski, 2020), em referência à erosão permanente e progressiva da democracia. O conceito de fascismo também é mobilizado de maneiras distintas, como em Boito Jr (2022), que defende a mobilização do termo neofascismo para expressar um fenômeno reacionário de massas que emerge em contexto de crise política e é cooptado pelo capital para ascender ao poder, e Singer (2022), para quem Bolsonaro representa uma forma de "autocratismo de viés fascista".

Nesta concepção, a comunicação e a propaganda compõem o eixo analítico do que seria a expressão contemporânea do fascismo. Autocratismo é uma forma específica de autoritarismo, uma proposta autoritária centrada na figura de um líder, que tende a curto-circuitar as instituições, o sistema político, em benefício do poder pessoal. O chefe do governo na autocracia é independente, tanto dos próprios súditos, quanto das variadas forças e instituições que possam limitar seu poder. O autocrata não divide poder com quem tenha condições de limitar sua vontade, ele busca uma imposição ilimitada de sua própria vontade. Desse modo, o conceito de autocracia tem dois componentes principais: um grau máximo de absolutismo e a personalização do poder. No caso de Bolsonaro, não se tornou uma autocracia, pois o regime político não mudou, mas um autocratismo, uma proposta autoritária de característica personalista (Singer, 2022).

O componente do "viés fascista" está apoiado nas reflexões de Adorno sobre a forma de comunicação, de propaganda e de mobilização do fascismo. O bolsonarismo e o trumpismo são

fenômenos autocráticos que utilizam elementos de psicologia fascista (Singer, 2022), com uso das redes sociais para operar uma espécie de RPG permanente, uma mistura de fantasia e realidade, com personagens atuando e confundindo tudo e todos. A forma de comunicação se caracteriza pela introdução de ideias polêmicas no debate público, mantendo sempre a dúvida entre o real e a ilusão, a verdade e a brincadeira (Singer, 2022). Nunca se pode dizer de maneira unívoca se as intenções que muitas vezes têm aparência grotesca são ou não reais.

O marco da ascensão dos autocratismos de viés fascista é 2016, com o Brexit e a eleição de Trump, que deram um salto na utilização organizada dessa forma de comunicação para mobilizar massas, produzindo ao mesmo tempo muita confusão e o avanço de uma imaginação totalitária, operando com as margens de incerteza que existem na realidade para produzir uma verdade de acordo com seus interesses particulares (Singer, 2022). Nesse processo, a pós-verdade é fundamental, ou seja, uma comunicação em que o importante são as versões, e não os fatos, pois a autoridade não vem do livre argumento, mas de quem fala. O líder autocrata busca, para isso, estar sempre no centro do debate público, pois disso depende o avanço da personalidade e a reiteração da lógica que a produziu (Singer, 2022).

Outro importante componente da definição de neofascismo é a contraposição da ideia de que fascismo é um fenômeno localizado no tempo. Boito Jr. (2022) afirma o fascismo como conceito, que pode ser aplicado a diferentes realidades, tal qual os de democracia, ditadura, autoritarismo e imperialismo etc. O fascismo é definido pelo autor como um movimento político reacionário das camadas intermediárias da sociedade capitalista e um tipo específico de ditadura burguesa, uma variante da forma ditatorial da organização do aparelho e do poder de Estado no capitalismo (Boito Jr., 2022). É também um movimento coesionado por uma ideologia própria, que luta para implantar e manter esse tipo específico de ditadura.

Boito Jr. (2022) se fundamenta nos marxistas Palmiro Togliatti e Nicos Poulantzas para definir fascismo e o bloco no poder no governo Bolsonaro. Em contraponto a Borón (2019) e à ideia de que o fascismo é um fenômeno histórico irreproduzível porque a fração burguesa hegemônica na ditadura fascista italiana ou no nazismo alemão era a burguesia nacional, que não existe mais, Boito Jr (2022) afirma que, no caso brasileiro, é a burguesia associada ao capital internacional que ascende como força hegemônica por intermédio da cooptação do movimento reacionário de setores médios da população brasileira. O bolsonarismo é um movimento neofascista que ascendeu ao poder em 2018 e assumiu o governo de 2019 a 2022, mas que não foi capaz, apesar da tentativa de golpe de estado em janeiro de 2023, de fazer a transição para um novo regime político, para uma ditadura de tipo fascista (Boito Jr., 2022). A democracia liberal deteriorada e em crise é o alvo do movimento social neofascista que seguiu durante todo o governo Lula pressionando por mudança institucional.

A formulação está em linha com a concepção de fascismo de Daniel Guérin (2021 [1936]), para quem o movimento fascista é reacionário, de massa e composto sobretudo pelas camadas intermediárias da população. É um movimento que ascende ao governo sendo cooptado pela burguesia, mas que justamente por ser composto por setores médios e pequena burguesia possui elementos ideológicos e interesses econômicos de curto prazo que podem destoar da ideologia e dos interesses econômicos imediatos dos capitalistas. “O fascismo não é apenas um instrumento a serviço do grande capital, mas também, ao mesmo tempo, um levante místico da pequena burguesia pauperizada e descontente”. No entanto, o elo com o grande capital é tão estreito que a perda de seu apoio significa o fim do regime (Guérin, 2021: 18).

As forças hegemônicas denominadas genericamente como grande capital são, no caso do fascismo histórico italiano e alemão, definidas como os “magnatas da indústria pesada (metalurgia e mineração) e pelos banqueiros que tinham interesses na indústria pesada”

(Guérin, 2021: 28), além dos grandes latifundiários monocultores. Os setores da indústria leve e de transformação, por outro lado, "mantêm, ante o fascismo nascente, uma atitude de reserva ou até, por vezes, de hostilidade" (Guérin, 2021: 28).

Para além da composição de classe e do reacionarismo, também é fundamento do conceito de fascismo a crise do capitalismo. Acompanhando relatório elaborado por Clara Zetkin em junho de 1923, Guérin (2021) afirma que o fascismo é a defesa burguesa contra a desintegração da economia capitalista; é uma expressão da decadência do capitalismo. E mais do que isso: em meio à demagogia das promessas para superar a crise, é menos ambicioso do que parece, "empenha-se apenas em frear, por meios artificiais, a queda dos lucros de um capitalismo privado que se tornou parasitário". Visa apenas recuperar "um punhado de magnatas monopolizadores" e grandes proprietários rurais, por meio de "reduções salariais, às encomendas e aos subsídios do Estado, ao controle pelo Estado da pequena poupança e à autarquia" (Guérin, 2021: 316).

Para isso, é parte central do programa político fascista o enfraquecimento das classes trabalhadoras. Ao ascender ao poder e dispor de um "Estado forte", os "magnatas capitalistas" mobilizam o aparato estatal para conter a queda dos lucros e tornar as empresas rentáveis, em uma ação que se exerce, "em primeiro lugar, e essencialmente, contra a classe operária; o Estado fascista começa por criar as condições que permitem o achatamento dos salários", tais como a destruição dos sindicatos combativos, a abolição dos direitos de greve e a anulação dos contratos coletivos, dentre outras medidas (Guérin, 2021, p. 197).

O movimento de massas reacionário no Brasil se formou em 2015 na campanha pela deposição da presidenta Dilma Rousseff, com pautas relacionadas à corrupção, ao patrimonialismo, à política parlamentar e à democracia liberal. No entanto, assim como no fascismo histórico, Bolsonaro assume o governo graças à sua cooptação por uma das frações burguesas que disputam a hegemonia no bloco no poder: a burguesia associada ao capital internacional (Boito Jr., 2022). Uma vez no governo, esta fração entra em conflito com os segmentos da classe média mobilizados por aqueles valores mencionados anteriormente, do combate à corrupção e às formas tradicionais de fazer política. Um exemplo de embate era a contradição permanente entre os interesses de caminhoneiros autônomos que fazem parte da base bolsonarista e a política de preços de combustíveis que atendia aos interesses do grande capital (Boito Jr., 2022).

O neofascismo brasileiro também emerge de uma crise, que no fascismo original foi mais grave. Está associado a uma crise econômica do capitalismo, a uma crise de hegemonia no interior do bloco no poder, à aspiração burguesa de derrotar o movimento operário e popular, a uma crise de representação partidária da burguesia; e à incapacidade dos partidos operários e populares de apresentarem solução própria para a crise, que seja a favor dos interesses das classes trabalhadoras (Boito Jr., 2022; Guérin, 2021).

O uso do prefixo "neo" advém dessa diferença de fundo entre o fascismo histórico e o fascismo contemporâneo. O fascismo original enfrentava um movimento operário de massa, organizado em partidos de massa. E isso colocou ao fascismo a necessidade política de replicar esse tipo de organização, com a mobilização de milícias. Como o neofascismo não tem esse adversário, a forma organizativa é outra, por intermédio das redes sociais, e formas de ativismo mais difusas e menos violentas do que as agressões físicas, assassinatos políticos, incêndios de sedes das organizações operárias. A fragilidade organizativa do neofascismo pode levá-lo a uma derrocada, ou à absorção completa pela democracia (Boito Jr., 2022).

Com base em tais definições de fascismo, e na concepção de que é preciso, na elaboração teórica, explicitar os critérios definidores do fenômeno, o que é principal e o que é secundário,

e quais são as relações existentes entre os variados atributos de determinado fenômeno que conformam um conceito (Boito Jr., 2022), assume-se neste trabalho que a análise do bolsonarismo como neofascismo tem como elementos principais: i) a composição de classe, sendo um movimento reacionário hegemonizado pelo grande capital e apoiado na mobilização dos setores médios; ii) ser uma forma política que o capital assume em contexto de crise do capitalismo e, mais que isso, de busca pelo grande capital pela solução da crise a seu favor; e iii) a brutalização do capitalismo disso decorrente, relacionada à conjunção entre superexploração do trabalho e sequestro da subjetividade como forma de controle social; e iv) a forma de mobilização e propaganda, de desconexão com a realidade e canalização do ódio.

Analisa-se aqui alguns desses elementos principais e secundários, diretamente relacionados com uma economia política do fenômeno: será argumentado que, no neofascismo no Brasil, a hegemonia é de setores do capital rentista, que fazem avançar formas de expropriação financeira por meio da ascensão ao poder de Estado e, ao mesmo tempo, se coordenam com outras frações do capita com base no combate às classes trabalhadoras e retração de direitos. Isso se traduziu em um forte desequilíbrio do conflito distributivo no Brasil em favor dos interesses do capital após o golpe de 2016 e durante o governo Bolsonaro, além de um avanço ainda mais significativo da financeirização.

3.1 Neofascismo, financeirização e conflitos distributivos no Brasil

No contexto pós-crise de 2008, o avanço do fenômeno político neofascista esteve assentado, no plano econômico, na acentuação da financeirização do capitalismo neoliberal. A contemporaneidade do fenômeno não significa que elementos da financeirização não estivessem presentes já nos estágios iniciais do capitalismo, como exposto nas contribuições marxianas relativas ao capital portador de juros e fictício e à teoria da renda (Marx, 1986), que segmenta os rendimentos do processo de valoração do capital entre aqueles com origem no processo de produção e os com origem na propriedade do capital (Paulani, 2016: 525).

Este último, fundamento do rentismo, tornou-se principal componente do capitalismo neoliberal, na medida em que "a acumulação se dá sob os imperativos da propriedade mais do que da produção". Ao mesmo tempo, a propriedade se torna "cada vez mais de capital fictício do que de meios de produção" (Paulani, 2016: 533). Também ganha preponderância o capital fictício, que pode ser entendido "como valor de capital na forma de um direito negociável sobre um fluxo futuro de renda. Portanto, três atributos principais definem o capital fictício: o fluxo futuro de renda, a existência de mercados secundários e sua 'inexistência real'" (Paludetto e Rossi, 2022: 551). O capital fictício pode "ser compreendido a partir do processo de capitalização das rendas futuras esperadas, que poderão ou não ser realizadas (Martins, 2024).

O conceito de financeirização aplicado à etapa atual do capitalismo refere-se, então, a um momento em que o capital fictício assume precedência lógica e a dominância financeira torna-se a expressão do poder no processo de acumulação (Chesnais, 1997; 2005), ou, em outras palavras, a forma de "definir, gerir e realizar a riqueza no capitalismo" (Braga, 1993: 26). Em contexto de permanente crise de sobreacumulação, a financeirização está "organicamente incorporada na fábrica da vida social" (Ibidem: 16), pela onipresença do capital portador de juros conjugado ao "elevadíssimo grau de concentração e centralização de capital hoje presentes no processo de acumulação" (Fix e Paulani, 2019: 641).

Assim, a riqueza, no capitalismo neoliberal, "é definida a partir da propriedade de ativos financeiros, a gestão da riqueza é marcada pela predominância da lógica financeira, de capitalização, no processo decisório dos atores relevantes" e a realização da riqueza ocorre

sobretudo pela valorização "dos fluxos de renda futura nos mercados financeiros" (Martins, 2024). Ainda que isso seja componente fundamental do neoliberalismo desde os anos 1980, as mudanças no pós-2008 são de grande consequência para o todo da vida social.

Para além do incremento significativo do poder estrutural das finanças sobre a produção e o consequente disciplinamento das corporações para distribuir mais-valor na forma de dividendos, as novidades envolvem "processos contingentes que transformam todo tipo de coisas em ativos" (Langley, 2020), incluindo a reprodução social, os modos de vida das famílias e as políticas sociais (Lavinas, 2017). O termo ativo refere-se aos "estoques de riqueza, sob as mais variadas formas, que uma empresa detém num determinado momento do tempo", sejam eles tangíveis, intangíveis ou financeiros, além de meios de pagamentos (Fix e Paulani, 2019: 642). Ativos são sinônimos de capital, ou seja, "bens com potencial para possibilitar a apropriação de valor excedente futuro, seja por sua utilização na produção, seja pelos direitos de propriedade que eles configuram (Fix e Paulani, 2019: 642).

O ponto central é que a "lógica financeira passa a ser internalizada no lócus da produção e da valorização dos capitais", em fenômenos como o amálgama entre os capitais industrial e bancário, a realização de investimentos em ativos financeiros (inclusive como forma de poupança dos setores médios), a internalização de processos financeiros na administração de empresas não-financeiras (com transformação do caixa das empresas em ativo reproduzível no mercado de ações e pela forma de remuneração dos gestores por distribuição de dividendos, por exemplo), e a hiperconcentração de capitais em grandes oligopólios financeiros (Martins, 2024). A formação acelerada de grandes blocos de capital produtivo ocorre "em paralelo ao agigantamento dos mercados financeiros e por meio da utilização de sofisticados expedientes financeiros como, por exemplo, os fundos de private equity e suas operações de leveraged buy outs (LBOs)" (Paulani, 2024). Isso reforça o processo de financeirização, na medida em que o contínuo crescimento da riqueza financeira se opera em escala sempre maior que o da riqueza real, com consequente intensificação da autonomização do capital financeiro (Chesnais, 2016: 16).

Outro componente fundamental desse processo, exposto por Lapavitsas (2009), é a realização de lucros financeiros por mecanismos de endividamento, que capturam de forma sistêmica parte dos salários e vencimentos dos trabalhadores por meio do crédito, abrindo espaço para a *expropriação financeira*. Trata-se do que Chesnais (2016) chamou de *debt-led growth regime*, um processo de acumulação impulsionado pelo acúmulo de dívidas. Nas dinâmicas de crescimento, passa a prevalecer a "movimentação dos estoques de ativos e passivos (se, de um lado, as dívidas constituem passivos, de outro, elas constituem, necessariamente, ativos, ou seja, riqueza financeira)" (Paulani, 2024).

As dívidas se acumulam nos âmbitos público e privado. O primeiro é constitutivo da própria formação do capitalismo neoliberal nos anos 1980, e é até hoje privilegiado pelo debate público em círculos liberais, em uma dinâmica permanente de financiamento e refinanciamento das dívidas públicas, austeridade e acumulação rentista fundamentada em ativos públicos. No caso do endividamento privado, que cresce exponencialmente nos anos 2000, "a incorporação do capital portador de juros/capital fictício à fábrica da vida social tem aí um de seus mais importantes elementos" (Paulani, 2024).

Há crescente sujeição das famílias aos mercados e processos financeiros que englobam até mesmo os mecanismos públicos de transferência de renda. Programas de microcrédito e de renda mínima, apesar de, a princípio, visarem combater a pobreza, tornam-se forma de colateralização de empréstimos e serviços financeiros variados, ou seja, de endividamento (Lavinas, 2017). "A dominância do capital fictício e a lógica por ele trazida tornam-se tão

importantes que passam a definir as decisões de gasto dos agentes, elemento determinante da dinâmica econômica" (Martins, 2024).

O Brasil é um importante caso nacional de tais processos globais que caracterizam o capitalismo neoliberal. O processo de financeirização do país tem como eixo principal o modelo de gestão da dívida pública interna, atrelada à política monetária que garante uma base rentista de acumulação por meio dos títulos da dívida pública, com forte concentração de renda nas mãos dos detentores de tais ativos, sobretudo os bancos, fundos de investimento, seguradoras, fundos de pensão e grandes transnacionais (Bruno *et al.*, 2011; Lavinas, 2000). Os governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores, entre os anos 2003-2016, não fugiram à regra de um padrão de acumulação financeirizado. A liberalização da conta de capital – "a liberdade de converter ativos financeiros locais em ativos financeiros estrangeiros e vice-versa, a uma determinada taxa de câmbio de mercado" (Schneider, 2000: 6) estimulou "o aprofundamento da abertura financeira que viabilizou o intenso ingresso de capital externo no país" (Lavinas, 2000: 196).

Ressalta-se ainda que o Brasil pratica há décadas juros muito acima da média mundial (Zeiden, 2020), sendo esta uma das expressões mais importantes da formação de uma coalizão financeiro-rentista no país, interessada na "financeirização pelos ganhos de juros" (Bresser-Pereira *et al*. 2020: 5). Disto decorre a concepção de "captura regulatória", ou seja, as instituições públicas no Brasil "foram dominadas pelos interesses daqueles que elas deveriam regular" (Mader, 2024). Dentre os canais existentes que operam nesse processo é possível destacar aquele que influencia a emissão de títulos pelo Tesouro Nacional, de forma a proteger o setor financeiro dos diversos riscos econômicos (Bresser-Pereira *et al*., 2020).

Nos momentos de crise econômica, o governo emite títulos indexados à taxa básica de juros; em momentos de aceleração inflacionária (entre 2011 e 2015 no Brasil), aumenta-se a emissão de títulos indexados a índices inflacionários; e em momentos de estabilidade, "cresce a participação dos títulos prefixados. A existência de uma relação entre contexto econômico e tipos de títulos emitidos corroboram, portanto, a alegação de que o Tesouro Nacional gera a dívida respondendo aos anseios do mercado" (Mader, 2024). Outras formas de canalização de interesses são a influência sobre a decisão monetária em relação à taxa de juros e a capacidade de pressão do mercado sobre o Tesouro Nacional. O setor financeiro alcança com isso altas margens de lucro no mercado de títulos públicos em contexto de alta de juros, e quanto estas caem mantém a lucratividade pelo aumento de "margens no mercado de crédito" (Mader, 2024).

O período 2016 a 2020, justamente o de ascensão do bolsonarismo, é "especialmente emblemático" dessa dinâmica. A crise econômica por que o Brasil passava afetou o setor bancário, com queda nas duas principais receitas, advindas de títulos públicos ou títulos de valores mobiliários e de crédito. A forma de manter alta a lucratividade do setor foi pelo aumento nas "margens cobradas nas operações de crédito, o *spread*" (Mader, 2024). Assim, o ônus da crise foi direcionado "aos consumidores de crédito, em um contexto em que muitos precisaram recorrer a ele para suprir, inclusive, necessidades básicas" (Mader, 2024), tais como famílias pobres que recorreram ao endividamento para compra de comida.

Assim, pode-se dizer que a ascensão do neofascismo no Brasil corresponde ao período de consolidação da hegemonia composta pelos setores rentistas como forças principais, apoiadas em um forte movimento de massas de setores médios, que se constituíam como força motriz. Medidas como reforma trabalhista, autonomia do Banco Central, adoção de um teto de gastos públicos e reforma da previdência, promovidas pelos governos Temer e Bolsonaro, visaram resolver a crise econômica do país em favor do capital por duas formas principais e conjugadas: expropriação financeira para recompor margens de lucro da coalizão financeiro-rentista; e

reimposição das condições históricas de superexploração do trabalho para resolver o conflito distributivo em favor do capital.

3.2 Neofascismo, economia política e sequestro da subjetividade

Se a financeirização é uma resposta à lei geral de tendência à queda da taxa de lucro (Foster e Magdoff, 2009; Martins, 2024), o "aumento da exploração do trabalho e da miséria da classe trabalhadora" é subproduto de tal processo (Martins, 2024). O Brasil sob o governo de Jair Bolsonaro confirma essa hipótese.

O tema do acirramento do conflito distributivo no Brasil está presente na literatura que trata da crise que levou ao impeachment de Rousseff e fim do governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores em 2016. Serrano e Summa (2018) afirmam que, entre 2004 e 2014, período de governos Lula (2003-2010) e Rousseff (2011-16), houve acirramento do conflito distributivo pela tendência "de os salários reais crescerem continuamente acima do crescimento da produtividade" (Serrano e Summa, 2018: 176). A crise dos anos 2010 pode ser relacionada com uma compressão cíclica dos lucros – *profit squeeze* – entre os anos 2009 e 2014, após a longa expansão iniciada em 2003 (Martins e Rugitsky, 2021). A compressão dos lucros teve como contraparte uma queda nos investimentos privados e pressão crescente pela adoção de medidas de austeridade com impacto direto nos gastos sociais. No final de 2014, essa pressão sobre Rousseff surtiu efeito, com "contração abrupta dos gastos públicos" e queda acentuada na atividade econômica nos anos subsequentes (Martins; Rugitsky, 2021: 18).

Pesquisas sobre áreas específicas, como a automotiva e a construção civil, confirmam a hipótese. O comportamento político desses setores "indicam um deslocamento político do empresariado industrial nos anos 2010", desde apoio às medidas do governo federal em 2011 até à liderança do processo de impeachment e composição da base bolsonarista ascendente em 2016 (Silva e Oliveira, 2023). Tal deslocamento seria decorrente de uma política econômica adotada pelos governos liderados pelo PT que promoveu, além de crescimento salarial, o pleno emprego. "Houve aumento do número de greves no país e da participação das remunerações do trabalho na composição do PIB, em cenário de diminuição ou mesmo reversão da curva de crescimento econômico" (Silva e Oliveira, 2023).

Após o golpe de 2016 e ascensão neofascista, houve no Brasil a consecução de uma agenda ininterrupta de redução de direitos e enfraquecimento dos trabalhadores a que correspondeu a recuperação acelerada das margens de lucro pelo capital. Do ponto de vista do capital, a forte oposição aos governos do PT e a adesão ao programa contracionista de Temer e Bolsonaro são lógicos, dada a perda material indicada pelos dados econômicos e fortalecimento estrutural do trabalho. Mas o que explica o deslocamento de parcelas significativas das classes trabalhadoras para a oposição aos governos do PT e conformação das bases sociais bolsonaristas? Levanta-se aqui como hipótese que a composição do movimento reacionário de massas também correlaciona financeirização, controle e o sequestro da subjetividade. "O controle e o sequestro da subjetividade atuam sobre o que é próprio do sujeito: a necessidade de vínculos sociais de pertença, a condição de formação da identidade, a constituição dos afetos, e o desejo de reconhecimento social" (Faria e Walger, 2025: 9).

Os processos de expropriação financeira acima referidos e, mais especificamente, os mecanismos de endividamento como fundamento da reprodução social são componentes fundamentais do sequestro da subjetividade no neofascismo brasileiro. Nas últimas décadas, houve uma "generalização da expropriação financeira que arrasta os setores populares para dentro do sistema financeiro, tornando-os peça-chave na criação de riqueza financeira, a contrapartida da dívida de que se apropriam as elites" (Lavinas e Lins, 2024). Se, por um lado,

houve nos governos petistas aumento significativo da participação do trabalho na apropriação do Produto Interno Bruto (PIB) entre 2003-2014, por outro, parte significativa desses ganhos salariais foram canalizados de volta para os setores rentistas, que se apropriaram das riquezas geradas por mecanismos de endividamento como forma de expropriação financeira. Isso perfaz o "ataque planejado do capital sobre a subjetividade do(a) trabalhador(a). Especialmente aquela dimensão subjetiva que pode ser objetivada em incremento de produtividade na produção de mercadorias e serviços para o capital" (Faria e Walger, 2025: 10).

4. Conclusões

O atual contexto de crise do capitalismo, que se estende desde 2008, teve como contraparte política a ascensão, em diferentes partes do mundo, de um movimento reacionário de massas composto, sobretudo, pelas camadas intermediárias da sociedade, e que assume o poder cooptado pela burguesia (Boito Jr. 2022). No Brasil, esse movimento neofascista é hegemonizado por setores do capital financeiro e apoia-se na mobilização, sobretudo, da classe média tradicional. Há indícios recentes de que camadas de trabalhadores precarizados, mas não pobres, como os motoristas de aplicativos, também compõem tais bases (Singer, 2024). O capital rentista passou a apoiar-se nesse movimento de massas pela necessidade de contar com um governo que adquirisse da mobilização a legitimidade e a força para fazer avançar uma pauta regressiva, de redução de direitos e criação de novas formas de financeirização da vida social.

Ao que parece, o neofascismo é uma revolta dos expropriados ávidos por novas rodadas de consumo financiado a crédito, uma expressão contemporânea do "sequestro da subjetividade" próprio da "expansão sociometabólica do capital" (Faria e Walger, 2025). Isso, ao mesmo tempo, garante altíssimos níveis de acumulação para a fração de classe hegemônica e reproduz as condições materiais da crise social por que o país e o mundo passa. A brutalização do capitalismo se opera por meio de tais engrenagens financistas, e sua superação demandará, necessariamente, uma análise e ação de classe, e em assumir que o centro da disputa política e econômica está no combate à financeirização.

5. Referências

Adorno, T. 2020. *Aspectos do novo extremismo de direita*. São Paulo: Unesp.

Benquet, M.; Bourgeron, T. 2022. *Alt-finance:* how the city of London bought democracy. London: Pluto Press.

Boito Jr., A. 2022. The Rise of Fascism in Brazil. *Latin American Perspectives*, 50(1).

Bresser-Pereira, L. C.; Paula, L. F.; Bruno, M. 2020. Financialization, coalition of interests and interest rates in Brazil. Revue de la Régulation, vol. 27: 1, 21-31.

Boron, A. 2019. Caracterizar o governo Bolsonaro como fascista é um grave erro. *Brasil de Fato*, disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2019/01/02/artigo-or-caracterizar-o-governo-de-jair-bolsonaro-como-fascista-e-um-erro-grave/.

Braga, J. C. S. 1993. A financeirização da riqueza: a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais. *Economia e Sociedade*, Campinas, 2(1), p. 25-57.

Brand, U. 2013. State, context and correspondence. Contours of a historical-materialist Policy Analysis, *Österreichische Zeitschrift für Politikwissenschaft*, 42(3).

Brand, U; Wissen, M. 2021. *The Imperial Mode of Living*: Everyday Life and the Ecological Crisis of Capitalism. London: Verso. 256 pp.

Brown, W. 2019. *In the Ruins of Neoliberalism*. Columbia Univers Press.

Bruno, M. A. P.; Diawara, H.; Araújo, E.; Reis, A. C.; Rubens, M. 2011. Finance-Led Growth Regime no Brasil: estatuto teórico, evidências empíricas e consequências macroeconômicas. *Revista de Economia Política*, 31(5): 730-750.

Chesnais, F. 1997. *Le mondialisation du capital*. Paris: Syros.

_____. (Ed.) 2005. *A finança mundializada*: raízes sociais e políticas, consequências. São Paulo: Boitempo.

_____. 2016. *Finance Capital Today*: Coporations and Banks in the Last Global Slump. Leiden: Brill.

Demirović, A. 2022. *Contextualizing Global Authoritarianism*. Rosa Luxemburg Stiftung: https://www.rosalux.de/en/news/id/46509/contextualizing-global-authoritarianism

Fix, M; Paulani, L. 2019. Considerações teóricas sobre a terra como puro ativo financeiro e o processo de financeirização. *Revista de Economia Política*, 39 (4).

Foster, J. B.; Magdoff, F. 2009. *The Great Financial Crisis*: Causes and Consequences. New York: Monthly Review.

Guérin, D. 2021. *Fascismo e grande capital*. Campinas: Editora da Unicamp.

Lacerda, M. B. 2019. *O novo conservadorismo brasileiro*: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk.

Langley, P. 2020. Assets and Assetization in Financialized Capitalism. *Review of International Political Economy*.

Lapavitsas, C. 2009. Financialised capitalism: crisis and financial expropriation. *Historical Materialism*, 17(2): 114-148.

Lavinas, L. 2017. *The Takeover of Social Policy by Financialization*. London: Palgrave.

_____. 2020. *The Collateralization of Social Policy by Financial Markets in the Global South*. In The Routledge International Handbook of Financialization, edited by Philip Mader, Daniel Mertens, and Natascha van der Zwan. Routledge.

_____; Lins, B. M. 2024. Desenrola Brazil. *Phenomenal World.* Em: https://www.phenomenalworld.org/analysis/desenrola-brazil/ (acesso em 01/03/2026).

Limongi, F. 2023. *Operação impeachment*: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato. São Paulo: Todavia, 2023.

Mader, B. 2024. Por que o Brasil tem os juros mais caros do mundo?. In: Lena Lavinas et al. *Financeirização: crise, estagnação e desigualdade*. São Paulo: Editora Contracorrente.

Martins, G. K.; Rugitsky, F. 2021. The Long Expansion and the Profit Squeeze: Output and Profit Cycles in Brazil (1996–2016). *Review of Radical Political Economics*, 53 (3): 373–397.

Marx, K. 1986. *O Capital*: crítica da economia política. Volume III, Livro Terceiro, O Processo Global da Produção Capitalista, São Paulo: Nova Cultural.

Morelock, J.; Sullivan, D. 2021. Introduction: Frankfurt School Methodologies. In: Morelock, J. (ed.). *How to critique authoritarian populism*: methodologies of the Frankfurt School. Leiden, Boston: Brill.

Paulani, L. M. 2024. Sobreacumulação, financeirização, rentismo e assetização. In: Lena Lavinas et al. (Org.). *Financeirização: crise, estagnação e desigualdade*. São Paulo: Editora Contracorrente.

_____. 2016. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. *Revista de Economia Política*, 36, 3, 514-535.

Paludetto, A. W. A.; Rossi, P. 2022. Marx's fictitious capital: a misrepresented category revisited. *Cambridge Journal of Economics*, 46 (3), p. 545-560.

Pavan, D. 2025. *Por um conceito crítico de fascismo*: contribuições da Escola de Frankfurt para o estudo do autoritarismo. Dissertação (Mestrado), FFLCH, USP.

Poulantzas, N. 1980. *State, Power, Socialism*. New York: Verso.

Przeworski, A. 2020. *Crises da democracia*. São Paulo: Companhia das Letras.

Safatle, V. 2020. Bem vindo ao Estado Suicidário. *Pandemia Crítica,* 004.

Schneider, B. 2000. *Issues in Capital Account Convertibility in Developing Countries*. Londres: Overseas Development Institute, 2000.

Serrano, F.; Summa, R. 2018. Conflito distributivo e o fim da "breve era de ouro" da economia brasileira. *Novos estudos*, São Paulo. 37 (2), 175-189.

Silva, H. F. R.; Oliveira, G. N. 2023. A intensificação dos conflitos distributivos no brasil e o deslocamento político empresarial no governo Dilma (2011-16). *Lua Nova*, p. 167-207.

Singer, A. V. 2012. *Os sentidos do lulismo*: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo, Cia. das Letras.

_____. 2018. *O lulismo em crise*: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras.

_____. 2022. Regime Autocrático e Viés Fascista: um Roteiro Exploratório', *Lua Nova*, 116, May–Aug 2022.

_____. 2024. Lula 3.0: a midterm diagnosis. *New Left Review*, 150.

Summa, R; Haluska, G. Serrano, F. 2025. Crescimento politicamente limitado. *Phenomenal World*, 29 de outubro de 2025. Disponível em: https://www.phenomenalworld.org/pt-br/analises/crescimento-politicamente-limitado/.

Togliatti, P. 2019. *Lezioni sul fascismo*. Roma: Editori Riuniti.

Tooze, A. 2018. *Crashed*: How a decade of financial crises changed the world. Nova York: Viking.

Torre, B. D. 2020. Com quantos paus se faz uma canoa? Notas sobre a personalidade autoritária. *Crítica marxista*, 50.

Zeiden, R. 2020. Why is bank credit in Brazil the most expensive in the world? *Brazilian Review of Finance*, 18(4).